

Tem fumaça, tem fogo o GLOBO

JOSÉ SARNEY

Mao Tsé-tung fez uma advertência ao povo chinês que ficou indelével na consciência do país: "O perigo vem do Norte." Com isso, ele queria referir-se à fronteira com a URSS, de mais de três mil quilômetros, fonte de tantas lutas e da perda em favor da Rússia de mais de três milhões de quilômetros quadrados. A displicência com esse problema, no passado, deixou uma cicatriz e um dano irreparáveis para a China.

Estas considerações me ocorrem com o surgimento das manobras de forças estrangeiras perto de nossas fronteiras, nas Guianas, treinando guerra na selva. A motivação é o combate ao narcotráfico. Se fosse só isso, nada melhor, mas acredito que "debaixo desse angu tem carne", como se diz popularmente. Quando fui presidente, determinei que as nossas preocupações estratégicas se voltassem para o Norte e procurássemos acabar com os nossos temores no Sul. É que na região Norte temos alguns ingredientes que vão determinar muitas preocupações do país em seu futuro: Primeira de todas, a Amazônia.

Sabemos da cobiça antiga sobre a Amazônia e dos esforços brasileiros para defendê-la e preservá-la. Depois, a tentativa internacional de nessas vastas e desertas fronteiras importar conflitos inexistentes, construir contradições e fomentar o germe da divisão. Numa área onde existia uma absoluta e total tranqüilidade, sem nenhuma sombra de problemas, iniciou-se, sistemática e persistentemente, uma ação de discórdia, com ingredientes e conexões internacionais, para criar problemas em relação ao nosso futuro. Não será coisa de fanático e xenófobo pensar em interesses econômicos (as grandes reservas minerais do Pico da Neblina), bem como em manter uma Espada de Dâmocles sobre o Brasil, de modo a limitar a sua independência e defesa de seus interesses, sob uma ameaça potencial.

"Com fronteira não se brinca", essa era a advertência do barão do Rio Branco, que nos legou um país sem conflitos, com dez vizinhos, lideiros. Em 26 de julho de 1991 escrevi que era um erro a maneira como, por pura demagogia, se modificou o tratamento dado às reservas Yanomâmis, e mais do que erro, irresponsabilidade, com a agravante da falta de assessoria dos chefes militares para o perigo dessa conduta, sem atentar para o dever primeiro do presidente que é seu compromisso histórico com o destino do país.

Criei a Floresta Nacional de Roraima, a Floresta Nacional do Amazonas, o Parque Nacional do Pico da Neblina e de 19 reservas que envolviam as aldeias yanomâmis, com 200 hectares (!) para cada índio, circundadas de florestas nacionais. Na fronteira não temos nenhuma aldeia indígena. Quem fez o primeiro recenseamento dos índios yanomâmis foi o meu governo, 9.910 pessoas, sendo quase mil mayongongs, já aculturados. Do lado da Venezuela, 30 mil. Muitas advertências, e antigas, nos chegaram, em documentos confiáveis, de um plano sistemático para tentar ali construir a tese nação-território contínuo, para tentar um enclave no Brasil. Não acreditei totalmente nessa hipótese, mas não devia negligenciar criando facilidades quanto a esse temor, como reservas indígenas ou outra vulnerabilidade territorial na fronteira. Agora, com argumentos redobrados, volto ao tema. É que, depois da guerra fria, os vencedores da Terceira Guerra Mundial, a que não houve, com o desmoronamento da URSS, estão construindo o que chamam o "novo mapa do poder mundial". A grande preocupação é como lidar com os problemas da "sobrevivência". Leia-se meio ambiente, explosão demográfica, emigração, narcotráfico, Aids, direitos humanos, proliferação e terrorismo nuclear, fundamentalismos, e o **big word**: "conflitos étnicos". O secretário de Estado dos EUA, Christopher, agora em Genebra, na Conferência sobre Direitos Humanos, renovou o seu ponto de vista da necessidade da criação de um Tribunal Internacional para receber e julgar denúncias sobre queixas étni-

cas e sobre violação de direitos humanos.

Já em seu depoimento no Senado americano ele falava em "novas técnicas de soluções de conflitos", "diplomacia preventiva", e ouvia do senador democrata Moynihan que a próxima década era dos conflitos étnicos. Cerca de 50 nações iriam surgir, "muitas delas num banho de sangue". Madeleine Albright, representante dos EUA na ONU, já defendia a mesma tese: "Temos de nos certificar se os direitos individuais e os das minorias estão sendo garantidos", "prioridade onde intervir e onde não intervir." Por outro lado, a ONU está estudando como vai fazer. O secretário Boutros Ghali defende uma força militar separada e permanente para pôr fim a conflitos dentro dos estados. Já o secretário da Defesa dos EUA, Les Aspin, diz que seu país estuda três hipóteses: 1. Força permanente; 2. força de diversos países; e 3. força voluntária, uma espécie de Legião Estrangeira. Pensa-se, também, em reativar o conceito de tutela. Todas essas movimentações batem em três institutos fundamentais de direito internacional: a soberania, a livre determinação e a inviolabilidade de fronteiras.

Estas observações são feitas porque interessam muito ao nosso país e o que está acontecendo na "fronteira Norte". É que leio com apreensão um estudo publicado no "New York Times", assinado por David Binder e Crossette, sobre os conflitos étnicos, e como os Estados Unidos estão estudando tratar desse assunto. Citando fontes do Departamento da Defesa eles arrolam os focos que no mundo, nos próximos anos, irão demandar ações. Entre eles está o Brasil, item 48, com o seguinte diagnóstico: "Algumas tribos indígenas de regiões amazônicas estão pressionando o Governo federal para reconhecer suas terras tradicionais. No estado de Roraima, o Governo está em campanha para expulsar os garimpeiros das tribos yanomâmis." Os outros conflitos arrolados na América do Sul são Colômbia, o narcotráfico e os índios Quintín Lamee, do Peru, Sendero Luminoso, e da Guatemala, guerrilha com conotação étnica.

Ora, num momento em que missões militares vêm ao Brasil pedindo a diminuição de nossos efetivos militares e sua destinação para outros objetivos, fazer concentração de tropas perto de nossas fronteiras, treinando para guerra na selva, falando em intervenções, tribunais étnicos, limitação da soberania, inviolabilidade de fronteira e fim do princípio da autodeterminação e arrolar que no Brasil existe um conflito étnico nação-estado é, no mínimo, um terrível erro diplomático.

É preciso estar alerta. Pode não ter nada, mas pode ter tudo e as aparências são de que tem. Temos o nosso provérbio popular: "Onde há fumaça, há fogo." Por que pensar em conflito étnico no Brasil com preocupação mundial a ser resolvido pela força? Isso não existe, isso é uma impostura, uma reminiscência da guerra fria, quando se criavam contradições para haver uma confrontação esquerda versus direita. Os yanomâmis estão sendo usados para esse fim. Nós, brasileiros, temos de ter capacidade para olhar as cascas de banana do presente, para não escorregarmos no futuro. O Governo tem que imediatamente fazer um plano de assistência grande a aqueles índios. Plano para valer e tirar da área essa demagogia ultrapassada e inócua que foi feita pelo Governo passado para posar de mocinho, traindo o Brasil. Mais do que nunca, precisamos de Forças Armadas profissionais, fora da política, modernas, eficientes, preparadas, equipadas, capazes de cumprir sua missão constitucional e dissuadir qualquer agressão potencial, para que saibam os riscos e que não o farão impunemente.

Mantenho meu ponto de vista de que não se deve, por nada, abrir mão de nossa soberania em nossas fronteiras. Assim fazendo, elas serão e levarão a amizade e a cooperação brasileira aos nossos irmãos, fonte de aproximação e de intercâmbio. As mãos que estão mexendo essas pedras não são nossos vizinhos, mas outros interesses.